

SERVIDOR SUBSTITUTO: **Cláudia Regina Roldi Fabris**
 SERVIDOR SUBSTITUÍDO: **Leonardo Penedo Prezotti**
 FUNÇÃO COMISSIONADA: Chefe da Seção de Processos Específicos – FC.6
 MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: Férias do titular
 PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: de 24.09.09 a 08.10.09, nos termos do art. 15, § 4º da Lei nº 8.112/90 com redação conferida pela Lei nº 9.527/97.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 38 e parágrafos da Lei nº 8.112/90, com redação conferida pela Lei nº 9.527/97 c/c a Resolução TRE nº 288/00.

MANOEL ALVES RABELO
 PRESIDENTE
Protocolo 51675

ATO Nº 327, de
28.08.09

O DESEMBARGADOR MANOEL ALVES RABELO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Protocolo 51677

RESOLUÇÃO Nº 253/2009

PROCESSO Nº 173 - CLASSE 26ª – VITÓRIA/ES
RELATOR: DR. AROLDO LIMONGE.

Dispõe sobre a concessão de Auxílio-Bolsa de Estudos para Cursos de graduação e de pós-graduação aos servidores efetivos do Quadro Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º - Regularizar, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, a concessão do Auxílio-Bolsa de Estudos para cursos reconhecidos de graduação, e para cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, que atendam aos requisitos exigidos pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolvidos sob as metodologias presencial, semipresencial, ou à distância, com base na resolução TSE nº 22.572/2007, que institui o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Justiça Eleitoral, em suas áreas de interesse, observando-se os critérios e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º - A concessão do auxílio para cursos de graduação e pós-graduação dar-se-á da seguinte forma:

I - o auxílio financeiro para os cursos de graduação e pós-graduação será concedido na forma de reembolso parcial, em percentual que será definido pelo Presidente deste Tribunal, semestralmente, conforme a disponibilidade orçamentária, até o limite de 60% (sessentapor cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino, cabendo ao bolsista a responsabilidade pelo pagamento de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação do débito;

II - o auxílio terá a duração máxima de 10 (dez) semestres ou curso completo, o que se der primeiro, contados a partir da data da concessão, independente da data de conclusão do curso, podendo o servidor beneficiário ser ressarcido das despesas já efetuadas com matrículas e mensalidades, relativas ao semestre de concessão.

III - o Tribunal poderá celebrar convênios e/ou contratos com instituições de ensino, universidades, escolas ou centros de treinamento, públicos ou privados, visando implementar outras formas de concessão.

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 3º - São beneficiários do auxílio os servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Art. 4º - Não poderá se candidatar ao auxílio o servidor que:

- I – estiver em gozo de licença para tratar de interesses particulares;
- II – estiver cedido para outro órgão, com ou sem ônus para este Tribunal.

Art. 5º - O servidor, desde que autorizado pelo Diretor-Geral, mediante formulário a ser expedido pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Assistência à Saúde e Programas Sociais (CODES), poderá efetuar trancamento, total ou parcial, do curso, módulo ou disciplina, antes de sua efetivação.

Parágrafo único – O período máximo permitido para trancamento será de 2 (dois) semestres, consecutivos ou não.

Art. 6º - é o direito ao auxílio o servidor que:

- I – abandonar o curso;
- II – não comprovar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso;
- III – for reprovado em disciplina ou módulo;
- IV – efetuar tr, total ou parcial, do curso, módulo ou disciplina, sem a prévia autorização do Diretor-Geral;
- V – mudar de curso ou instituição de ensino sem autorização do Diretor-Geral;
- VI – não entregar os documentos exigidos para o reembolso por 3 (três) meses consecutivos;
- VII – não comprovar a aprovação das disciplinas ou módulos cursados, que deverá ser feito semestralmente;
- VIII – for cedido para outro órgão do poder público, com ou sem ônus para este Tribunal;
- IX – for exonerado, ou aposentado, ou usufruir de licença para tratamento de interesses particulares.

REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Efetuar a designação para substituição na forma seguinte:
 SERVIDOR SUBSTITUTO: **Marcus Antônio da Silva Caldas**
 SERVIDOR SUBSTITUÍDO: **Cláudio Gomes Capetini**
 FUNÇÃO COMISSIONADA: Chefe da Seção de Controle Contábil – FC.6
 MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: Férias do titular
 PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: de 21.09.09 a 10.10.09, nos termos do art. 15, § 4º da Lei nº 8.112/90 com redação conferida pela Lei nº 9.527/97.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 38 e parágrafos da Lei nº 8.112/90, com redação conferida pela Lei nº 9.527/97 c/c a Resolução TRE nº 288/00.

MANOEL ALVES RABELO
 PRESIDENTE

§ 1º Em havendo a perda do direito ao auxílio relativo aos incisos I, IV, V, VI, VII e IX, o servidor ficará obrigado a restituir todos os valores percebidos na forma do art. 46, da Lei nº 8.112/90.

§ 2º Em havendo a perda do direito ao auxílio relativo aos incisos II e III, o servidor, no curso de graduação, deverá restituir, nesses casos, os valores percebidos desde o início do semestre de sua ocorrência; no curso de pós-graduação, deverá restituir todos os valores percebidos, ambos na forma do art. 46, da Lei nº 8.112/90.

§ 3º O servidor ficará dispensado de restituir ao Tribunal os valores percebidos no caso do inciso VIII, e no caso de licença para tratamento da própria saúde, se a instituição de ensino não admitir que seja efetuado o trancamento.

§ 4º O servidor que não obtiver aprovação em mais de 50% (cinquenta por cento) dos módulos ou disciplinas cursadas, por semestre, em cursos de graduação, ficará obrigado a restituir todos os valores percebidos na forma do art. 46, da Lei nº 8.112/90.

Art. 7º - Os beneficiários do auxílio deverão entregar cópia do certificado ou diploma, bem como da monografia final ou tese defendida, quando houver, no prazo de 6 (seis) meses do término do curso, sob pena de ressarcimento de todos os valores percebidos na forma do art. 46, da Lei nº 8.112/90, para que a mesma fique à disposição dos demais servidores na Biblioteca deste Tribunal, e a repassar a outros servidores, quando convocados, os temas tratados no curso.

Art. 8º – O servidor beneficiado pelo auxílio terá que permanecer no Quadro Permanente deste Tribunal pelo período de 02 (dois) anos a contar da conclusão do curso, e, durante esse período, em havendo a concessão de exoneração, ou aposentaria, ou licença para tratar de interesses particulares, ficará obrigado a restituir todos os valores percebidos na forma do art. 47, da Lei nº 8.112/90.

Art. 9º - O servidor, nos casos em que implique em restituição de valores ao Tribunal, ficará impedido de beneficiar-se novamente do auxílio pelo período de 2 (dois) anos após haver completado a restituição.

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 10 - Para candidatar-se ao auxílio o servidor deverá preencher formulário a ser expedido pela CODES, observado o prazo de inscrição, anexando documento que comprove a oferta do curso pela instituição ou comprovante de matrícula, se for o caso, acompanhadde grade curricular do curso com o respectivo período de realização, além disso, deverá anexar comprovante de que os cursos de graduação e pós-graduação atendam aos requisitos legais estabelecidos pelo MEC.

Parágrafo único – Para fins de instrução do pedido, caberá à CODES solicitar outros documentos que se fizerem necessários.

Art. 11 - Os cursos pretendidos visam à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores, e deverão observar as áreas de interesse deste Tribunal em conjunto com as atribuições do cargo efetivo, ou com as atividades da unidade de lotação, ou com as desempenhadas pelo servidor quando no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada, na condição de titular ou substituto.

I – São consideradas áreas de inteda Justiça Eleitoral aquelas necessárias ao cumprimento da missão institucional, relacionadas, prioritariamente, aos serviços de processamento de feitos; análise e pesquisa de legislação, de doutrina e de jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos órgãos judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; gestão estratégica de pessoas, de processos, de projetos, de informação e de conhecimento; gestão da qualidade, material e patrimônio, controle interno e auditoria; tecnologia da informação, comunicação, saúde, segurança, engenharia e arquitetura, bem como aquelas que venham a surgir no interesse da administração, a serem definidas pelo Diretor-Geral no Programa Permanente de Capacitação.

Parágrafo único – A CODES bialmente procederá pesquisas junto aos dirigentes das Unidades para identificar as necessidades de capacitação de seus servidores, dentre as quais o Diretor-Geral, através de portaria, definirá as áreas de interesse prioritárias para o período a que se referem.

Art.12 – Somente será concedido o auxílio para os inscritos cujos os cursos estejam especificados em portaria da Diretoria-Geral.

§ 1º As vagas destinadas para determinado curso, se não preenchidas, não poderão ser ocupadas por servidor que faça curso diverso.

§ 2º Consideram-se mesmo curso, independente da denominação, aqueles que possuem grade curricular ou conteúdo programático semelhantes.

Art. 13 - Na eventualidade de candidatar-se ao auxílio um número maior de servidores do que o de vagas existentes terá preferência, sucessivamente, o servidor que atender os seguintes critérios:

- a) ser estudante de curso relacionado às áreas de interesse elencadas em portaria;
- b) não possuir curso superior;
- c) não possuir curso de especialização;
- d) menor tempo para o término do curso;
- e) exercer atividades relacionadas ao curso;
- f) ser remanescente de processo seletivo realizado no semestre anterior;
- g) não ter utilizado o auxílio anteriormente;
- h) não ter perdido o direito à participação do auxílio;
- i) possuir maior tempo de efetivo exercício no TRE/ES;
- j) ter maior idade;
- k) menor renda bruta percebida pelo TRE/ES;
- l) maior número de dependentes.

§ 1º Em caso de surgimento de vagas decorrentes de perda do direito ao auxílio, serão convocados os candidatos a seguir classificados e não selecionados do respectivo curso, oriundos do processo de seleção do semestre da referida perda.

§ 2º Persistindo a existência de vagas após a convocação do último candidato classificado, as

Vitória (ES), Quarta-feira, 02 de setembro de 2009

mesmas não serão preenchidas.

Art. 14 - A concessão do auxílio aos servidores beneficiados será feita individualmente, mediante portaria do Diretor-Geral.

DO REEMBOLSO

Art. 15 - O reembolso passará a vigorar a partir do semestre de concessão do auxílio, vedado o pagamento de qualquer parcela relativa a períodos anteriores.

Art. 16 - O valor financeiro será creditado na conta bancária do servidor após a apresentação a CODES do comprovante de quitação do pagamento e da declaração ou documento que comprove assiduidade, emitida pela instituição de ensino, conforme calendário a ser estabelecido por Coordenadoria no início de cada exercício.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - Para concessão do auxílio os cursos pretendidos deverão ser desenvolvidos em turno compatível com o horário de expediente do Tribunal.

Art. 18 - Semestralmente, a CODES procederá estudos com vistas a subsidiar o estabelecimento do quantitativo de vagas, condicionado à existência de recursos orçamentários.

Art. 19 - Compete ao Diretor-Geral, mediante portaria, fixar o número de vagas disponíveis, bem como o período para inscrição.

Art. 20 - Revogam-se as Resoluções TRE/ES nº 294/1999 e nº 173/2000.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

Art. 22 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO.

Vitória/ES, 17 de agosto de 2009

DES. MANOEL ALVES RABELO, Presidente

DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, Vice-Presidente e Corregedor

DR. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO

DR. AROLDO LIMONGE

DR. MARCELO ABELHA RODRIGUES

DR^ª. ELOÁ ALVES FERREIRA DE MATTOS

DR. DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Protocolo 51731**RESOLUÇÃO Nº 254****PROTOCOLO Nº 11484/2009 – 28ª ZONA ELEITORAL - MUQUI/ES**

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para afastamento das funções eleitorais por quinze dias, a partir de 16 de setembro de 2009, para gozo de férias-prêmio. **REQUERENTE:** Dr. José Flávio D' Angelo Alcuri, MM. Juiz da 28ª Zona Eleitoral - Muqui.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e as notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, autorizar, condicionada à aprovação pelo egrégio Tribunal de Justiça, o afastamento das funções eleitorais do Dr. José Flávio D' Angelo Alcuri, MM. Juiz da 28ª Zona Eleitoral - Muqui, por quinze dias, a partir de 16 de setembro de 2009, para gozo de férias-prêmio, oficiando-se ao egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

SALA DAS SESSÕES, 24 de agosto de 2009.

DES. MANOEL ALVES RABELO, Presidente

DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, Vice-Presidente e Corregedor

DR. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO

DR. AROLDO LIMONGE

DR. MARCELO ABELHA RODRIGUES

DR^ª. ELOÁ ALVES FERREIRA DE MATTOS

DR. DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL
Protocolo 51732**RESOLUÇÃO Nº 255****PROTOCOLO Nº 11689/2009 – 47ª ZONA ELEITORAL - VIANA/ES**

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para afastamento das funções eleitorais nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2009, por motivo de abono. **REQUERENTE:** Dr. Arion Mergár, MM. Juiz da 47ª Zona Eleitoral - Viana.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e as notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, autorizar o afastamento das funções eleitorais do Dr. Arion Mergár, MM. Juiz da 47ª Zona Eleitoral - Viana, nos dias 31 de agosto e 01 de setembro do corrente, por motivo de abono, oficiando-se ao egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

SALA DAS SESSÕES, 24 de agosto de 2009.

DES. MANOEL ALVES RABELO, Presidente

DES. SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, Vice-Presidente e Corregedor

DR. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO

DR. AROLDO LIMONGE

DR. MARCELO ABELHA RODRIGUES

DR^ª. ELOÁ ALVES FERREIRA DE MATTOS

DR. DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL
Protocolo 51733**RESOLUÇÃO Nº 256****PROCESSO Nº 208 - CLASSE 26ª – AFONSO CLÁUDIO/ES**

ASSUNTO: REQUERIMENTO SOLICITANDO O PAGAMENTO DE JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTES SOBRE A VANTAGEM DE 11,98%, PAGA EM ATRASO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (TRE/ES).

REQUERENTE: Magno Gomes Martins.**RELATOR:** DR. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO.**EMENTA:**

PROCESSO ADMINISTRATIVO. EX-SERVIDOR PÚBLICO REQUISITADO. URV 11,98%. PAGAMENTO COM ATRASO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INDEFERIMENTO. JUROS DE MORA. DEFERIMENTO. PRECEDENTES STJ. STF. TSE. CNJ. INCIDÊNCIA IMPOSTO RENDA. ART. 43, § 3º DECRETO 3000/99.

Indefere-se o pleito de pagamento de correção monetária uma vez que esta corte já efetuou pagamento referente a esta rubrica.

Quanto ao segundo pleito do ex-servidor - juros de mora sobre as parcelas de URV (11,98%) pagas em atraso pela administração – estando o mesmo em consonância com as decisões tomadas e já reguladas pelos Tribunais Superiores (STJ, STF e TSE), e ainda pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deve o mesmo ser deferido, já que se trata de natureza alimentar, qualificada como dívida de valor. Incidência de Imposto de Renda sobre as referidas verbas, nos termos do art. 43, § 3º, do Decreto nº 3000/99. Deve-se, ainda, observar a prescrição quinquenal e a disponibilidade orçamentária.

VISTOS ETC.

RESOLVEM OS MEMBROS DO EGREGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, DE CONFORMIDADE COM A ATA E AS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO, QUE INTEGRAM ESTE JULGADO, À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEFERIR O PEDIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.

SALA DAS SESSÕES, 24 DE AGOSTO DE 2009.

DES. MANOEL ALVES RABELO, PRESIDENTE

DR. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO,

RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Protocolo 51736

JUÍZO ELEITORAL DA 27ª ZONA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CIDADE DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Prestação de Contas n.º 534/2008 – Classe 25

EDITAL Nº 30**NOTIFICAÇÃO****Prazo de Quinze (15) dias**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) CHARLES HENRIQUE FARIAS EVANGELISTA, MM. Juiz(a) Eleitoral desta 27ª Zona, circunscrição eleitoral do Estado do Espírito Santo, cidade da Conceição da Barra, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, especialmente **TEREZINA ANA PETRONI SMIDERLE**, brasileira, CPF 027.628.647-20, inscrição eleitoral n.º 007321881406, candidata a vereador na Eleição municipal de Conceição da Barra/ES, residente em local incerto e não sabido, que fica neste ato intimada da sentença proferida nos autos de nº 534/2008, às fls. 38/39, a qual julgou desaprovadas as contas referentes a Eleição de 2008, podendo a parte interessada, caso queira, interpor recurso no prazo de 3 (três)

dias. Segue o dispositivo:

Isso posto, **JULGO NÃO DESAPROVADAS** as contas da candidata **TEREZINA ANA PETRONI SMIDERLE**, que concorreu ao cargo de Vereador deste município de Conceição da Barra/ES nas últimas eleições, na forma do art. 40 da Res.-TSE 22.715/08 c.c. art. 30, § 2º da Lei 9.504/97, e DETERMINO a incidência do Código FASE 230, motivo/forma 3) desaprovacão, na inscrição eleitoral do candidato.

Para que não alegue ignorância, é passado este Edital que será publicado na Imprensa Oficial e afixado no átrio do Cartório Eleitoral. Dada e passado nesta 27ª Zona Eleitoral do Estado do Espírito Santo, em 02 (dois) dia de agosto de 2009. Eu, _____ (João Batista Madeiro Neto), Chefe de Cartório, digitei e subscrevo.

Charles Henrique Farias Evangelista -
JUIZ ELEITORAL

Protocolo 51773

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 21/09 – 22ª ZE
Duplicidade Partidária nº 338/09

Interessada: Maria de Fátima Pires da Hora

A Dra. Inácia Nogueira de Palma, MM. Juíza da 22ª Zona Eleitoral, nomeada na forma da lei, etc....

Pelo Presente Edital, nos autos da Duplicidade de Filiação Partidária nº 338/2009, **INTIMA** a Sra. Maria de Fátima Pires da Hora e o Sr. Presidente do Diretório Regional do Partido Verde, para que tomem ciência da r. sentença de fls. 19/20, que declarou nulas as filiações partidárias da eleitora Maria de Fátima Pires da Hora no PSB e no PV de Marataizes.

E, para que se lhe dê ampla divulgação, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume, no átrio do Cartório Eleitoral e publicado no DIOES.

DADO E PASSADO nesta 22ª Zona Eleitoral do Estado do Espírito Santo, Municípios de Itapemirim/Marataizes, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove. Eu Cesar Leandro dos Santos Pereira, Chefe de Cartório, o digitei

INÁCIA NOGUEIRA DE PALMA

Juíza Eleitoral

Protocolo 51796

ATO Nº 328, de
01.09.09

O DESEMBARGADOR MANOEL ALVES RABELO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE efetuar a designação para substituição na forma seguinte: SERVIDOR SUBSTITUTO: Joede Beiriz Catizano Moura
SERVIDOR SUBSTITUÍDO: Karla Azevedo Tognere Almeida Marchiori
FUNÇÃO COMISSIONADA: Chefia de Cartório da 35ª Zona Eleitoral – FC - 1
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: Férias da titular. PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 09.09.2009 a 18.09.2009

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 38 e parágrafos da Lei nº 8.112/90, com redação conferida pela Lei nº 9.527/97 c/c a Resolução TRE nº 288/00, alterada pela Res. TRE 13/01.

DES. MANOEL ALVES RABELO

PRESIDENTE

Protocolo 51827